

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL - DERAL

Autor: Méd. Vet. Tiago Tamanini (tamanini@seab.pr.gov.br)

Data: 15/06/2007

INFORME CONJUNTURAL - SUINOCULTURA

Atendendo as reivindicações dos suinocultores da Região Sul, encaminhadas pela SEAB, o governo federal já definiu algumas medidas, visando amenizar a crise que afeta a suinocultura, a seguir descritas.

1 - Governo Federal define financiamento para retenção de matrizes

O Conselho Monetário Nacional (CMN), em sessão realizada dia 30/05/2007, aprovou a Resolução nº 3.458, de 11/06/2007, que dispõe sobre financiamentos para retenção de matrizes suínas, ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2).

Segundo o Art. 1º podem ser concedidos, na safra 2007/2008, financiamentos de custeio para retenção de matrizes suínas, observadas as condições específicas:

I - limite de crédito: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por tomador, em uma única operação, independentemente de outros créditos de custeio concedidos ao amparo de recursos controlados do crédito rural;

II – prazos: a) – para contratação: até 28 de dezembro de 2007; b) – de reembolso: até dois anos;

III – amortizações: livremente pactuadas entre as partes.

2 – Governo federal concede AGF e LEC de milho para a avicultura e suinocultura

O Conselho Monetário Nacional (CMN), em sessão realizada dia 30/05/2007, aprovou a Resolução nº 3.459, de 11/06/2007, que dispõe sobre concessão de EGF e de LEC de milho para atividades de avicultura e suinocultura exploradas sob regime de parceria e de LEC de carne suína para produtores e para suinocultura explorada em regime de parceria.

Pelo art. 1º podem ser concedidos, até 28 de dezembro de 2007, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MC 6-2), observadas as condições:

I – Empréstimos do Governo Federal (EGF) e financiamentos da Linha Especial de Crédito (LEC), destinados à comercialização de milho para atividades de avicultura e suinocultura exploradas sob regime de parceria;

II – financiamentos da LEC de carne suína para produtores e para a suinocultura explorada sob regime de parceria.

3 – suinocultores aguardam o anúncio de novas medidas

Governo federal pretende criar preço mínimo para suinocultura

O Ministério da Agricultura poderá estabelecer preços mínimos na compra de carne suína para todo o País. Esse foi o principal resultado da reunião realizada nesta terça-feira (12), em Curitiba, na Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Participaram da reunião, convocada pelo Ministério da Agricultura, representantes dos governos estadual e federal, Companhia Nacional do Abastecimento e de associações de suinocultores dos três estados do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A indicação de um preço-base para a criação do preço mínimo foi apresentada pela Conab e Embrapa. Foi acordado que nos três estados do Sul o preço do suíno vivo para a Política de

Garantia de Preços Mínimos poderá ficar em torno R\$ 1,68 por quilo de suíno vivo, e R\$ 2,80 o quilo da carcaça. Atualmente os produtores recebem abaixo desses valores, cerca de R\$ 1,30 a R\$ 1,40.

Para o estado do Mato Grosso e regiões Norte e Nordeste, o preço do suíno vivo será de R\$ 1,54 o quilo e a carcaça deverá ser de R\$ 2,59 o quilo. Esses preços-base para formação de um futuro preço mínimo serão enviados para apreciação do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e posteriormente encaminhados para aprovação do Fundo Monetário Nacional.

Para o secretário da Agricultura e do Abastecimento, Valter Bianchini, a possibilidade do estabelecimento de um preço mínimo para a carne suína encerra um movimento iniciado no final de março, quando os produtores trouxeram suas dificuldades à Secretaria da Agricultura, em Curitiba. Naquela época, os preços da carne suína vinham desabando porque o produto não conseguia colocação no mercado. “Agora essa situação começa a ter um encaminhamento final para uma questão que tanto aflige os produtores”, disse o secretário.

Desde então, Bianchini levou as reivindicações da suinocultura paranaense ao ministro Stephanes, que providenciou rapidamente o encaminhado das questões para o Ministério da Fazenda. A reunião de hoje consolidou as medidas já discutidas em três encontros realizados em Brasília.

Outra decisão da reunião foi o encaminhamento da criação de linhas de crédito para o tratamento de dejetos de suínos e regularização ambiental das propriedades. Essa proposta foi bastante discutida porque os suinocultores alegaram que estão endividados, descapitalizados, sem acesso a novos financiamentos e não têm como cumprir a legislação ambiental.

Foi acordado que os recursos poderão ser captados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Ambiental e Programa de Geração de Renda e Agregação de Valor, do Ministério do Trabalho (Proger) Ambiental. Essas linhas de crédito devem ter juros diferenciados e poderão ter rebates (descontos) de até 50% dependendo da categoria do produtor.

Um terceiro assunto discutido foi a adoção de uma campanha de incentivo ao aumento do consumo de carne suína e a inclusão do produto nas compras do governo federal para os programas sociais. Ficou acordada a liberação de R\$ 90 mil, pela Secretaria de Desenvolvimento ao Cooperativismo, do Ministério da Agricultura. Ficou acertado também que as Associações de Produtores dos Estados entrarão com uma contrapartida para complementar os recursos necessários.

Em relação à compra de carne suína pelo governo federal pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), essa medida está dependendo da adoção do preço mínimo para a carne suína. Se o Ministério da Fazenda, por meio do CMN, estabelecer o preço mínimo, será descartada essa possibilidade.

Fonte: Agência Estadual de Notícias (AEN) - Data: 13/06/2007

Evolução do preço – suínos

Segundo a SEAB/DERAL, em 2005, o preço médio do suíno pago ao produtor no Paraná, foi de R\$ 2,13/kg de peso vivo. Já em 2006, o preço médio ao produtor, atingiu R\$ 1,42, significando uma queda de 33,33%. No ano de 2007, os preços médios praticados foram os seguintes (R\$/Kg): jan (R\$ 1,59), fev (R\$ 1,56), mar (R\$ 1,43), abr (R\$ 1,35) e mai (R\$ 1,40). Na semana de 11 a 15/06, o preço médio estadual ficou em R\$ 1,48/kg, reação de 3,51% sobre aquele praticado na semana anterior.

SEAB

- www.pr.gov.br/seab - fone: (41) 3313-4102 - fax: (41) 3313-4031-